

# COMO FAZER O PAÍS CRESCER?

José Tadeu Arantes

Jornalista

*Nos marcos da sociedade capitalista, a ausência de crescimento acarreta dupla exclusão: impede a entrada de novos atores no mercado de trabalho e expulsa os que lá se encontram. Definir estratégias capazes de instaurar um novo ciclo de crescimento constitui o grande desafio do próximo período*

**O** calcanhar de Aquiles desta eleição é como fazer o Brasil crescer, diz Glauco Arbix, professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. “Esse crescimento foi prometido nas duas últimas eleições. Mas, em oito anos de FHC, tivemos um desempenho medíocre. Será que é possível crescer com o atual grau de dependência externa, de vulnerabilidade aos ataques especulativos, de controle do Ministério da Fazenda sobre o conjunto da economia?”

Nos marcos da sociedade capitalista, a ausência de crescimento acarreta uma dupla exclusão: impede a entrada de novos atores no mercado de trabalho e expulsa os que lá se encontram. Por isso, definir estratégias capazes de instaurar um novo ciclo de crescimento constitui o grande desafio do próximo período.

Entre os anos 30 e 70, com sua economia protegida, o Brasil conseguiu manifestar uma das maiores taxas de crescimento do mundo. Seguiu-se estagnação ou retrocesso econômico dos anos 80, a chamada “década perdida” da América Latina. No artigo “Estagnação, Liberalização e Investimento Externo na América Latina”, de Arbix e Mariano Laplane, este último professor do Instituto de Economia da Unicamp, a relação PIB por habitante latino-americano foi 8% menor em 1989 do que em 1980. De 1981 a 1989, ela registrou crescimento em apenas cinco países: Cuba, Colômbia, Chile, Barbados e

República Dominicana. O Paraguai ficou no índice zero. Enquanto o Brasil decresceu 0,9%, o Uruguai, 7,2%, o México, 9,2%, a Argentina, 23,5%, o Peru, 24,7%, a Venezuela, 24,9% e a Bolívia, 26,6%.

Pensadores afinados com uma nova, à época, tendência da economia capitalista creditaram a estagnação ou retrocesso à falência do modelo anterior (protecionista, desenvolvimentista e de substituição de importações), exercendo enor-

*A  
maior  
parte dos recursos externos  
foi direcionada à compra  
de ativos e não à construção  
de nova capacidade  
produtiva*

me pressão ideológica a favor de políticas privatizantes e orientadas para o mercado. Banalizadas pela mídia, enfeixadas sob o ambíguo nome de *globalização*, essas idéias alastraram-se pelo planeta. Mais de uma centena de países abriram suas economias e passaram a oferecer condições excepcionais para atrair corporações estrangeiras. No Brasil, ainda segundo o artigo de Arbix e Laplane, os investimentos externos saltaram de uma média anual de 1,7 bilhão de dólares, no período 1990-94, para 32,6 bilhões, em 1999, e 30,2 bilhões, em 2000.

A expectativa suscitada pelo discurso dominante era que esses investimentos seriam capazes de reestruturar e dinamizar as economias hospedeiras, promovendo um novo surto de crescimento, regulado pelas forças do mercado. No novo cenário, o Estado era despojado de suas antigas atribuições, inclusive o planejamento estratégico. Emagrecido, cabia-lhe apenas controlar a moeda e assegurar a estabilidade macro-econômica. Esses castelos de cartas ideológicos não resistiram, porém, aos ventos da prática.

Se houve uma drástica redução da inflação e um aumento moderado das exportações dos países latino-americanos, o crescimento do PIB, da produtividade e das ofertas de emprego ficou muito abaixo do esperado. “Ao mesmo tempo, persistiu um dos piores indicadores de distribuição de renda do mundo. E, sem a salvaguarda dos antigos mecanismos estatais, a vulnerabilidade das economias tornou-se quase um pesadelo”, sublinham Arbix e Laplane. A crise argentina é apenas o caso extremo de uma tendência geral.

Analisando mais detidamente o caso brasileiro, os dois pesquisadores diagnosticaram o motivo de o sucesso na atração de capitais estrangeiros não ter-se traduzido em crescimento. É que, ao invés de ser destinada à construção de nova capacidade produtiva (investimento macroeconômico), a maior parcela dos recursos foi direcionada para a aquisição de ativos já existentes (transferência de propriedade).

Grande parte dessas aquisições ocorreu no processo de privatização das estatais, principalmente no setor de serviços (energia elétrica e telecomunicações). Outra parte, no setor financeiro, com a compra de bancos públicos e privados.

“Em muitas empresas desnacionalizadas, os novos proprietários executaram processos de racionalização da capacidade de produção, com redução dos postos de trabalho. Não é surpreendente que este tipo de investimento não tenha impulsionado o crescimento”.

Se compararmos o Brasil com os Tigres Asiáticos, a China ou a Índia, que exibem hoje as maiores taxas de crescimento do mundo, compreenderemos a causa de nosso fracasso. Tanto quanto o Brasil, esses países integraram-se à economia mundial. Mas, ao contrário do que aconteceu conosco, foram beneficiados por essa integração. Explica-se: sua inserção não se deu de maneira estabaneada e até irresponsável, como foi o caso do Brasil sob os governos Collor e FHC.

Utilizando uma fórmula retórica dos tempos do regime militar, poderíamos dizer que esses países da Ásia experimentaram uma abertura “lenta, gradual e segura” (abertura econômica, bem entendido). Sua integração foi progressiva e orientada por um conjunto de estratégias de desenvolvimento. Ao invés de se retirarem envergonhados frente ao bombardeio ideológico do discurso neoliberal, os planejadores estatais mantiveram-se firmes no comando da transição.

Como sublinham Arbix e Laplane, esses países combateram o esforço exportador com políticas de proteção de suas economias: altas tarifas, exportações subsidiadas, exigência de conteúdo nacional nos produtos das multinacionais, restrição ao fluxo de capitais. “Uma abertura mais ampla somente foi operacionalizada quando suas economias estavam nos trilhos, preparadas para crescer”.



Daniel Garcia

Professor Arbix

*“A estratégia do Brasil frente à Alca deve ser resistir, porque não interessa deixar-se reduzir à condição de satélite dos EUA”, afirma Paul Singer*

Terá o Brasil uma segunda chance? Ou, no afã da inserção, condenou-se a repetir a trajetória de exclusão que, no final do século 19, o deixou à margem do veio principal do desenvolvimento econômico do planeta? Caso ainda haja a possibilidade de viajar de primeira classe no trem do novo desenvolvimento, que estratégias devem ser adotadas para embarcar nessa composição em movimento acelerado? Estas parecem ser as perguntas mais importantes que os presidenciáveis

têm a obrigação de ao menos tentar responder.

Desdobramento inevitável do tema é a atitude que o novo governo deve adotar frente a associações internacionais como a Alca e o Mercosul. “A estratégia do Brasil frente à Alca deve ser resistir, porque não interessa ao nosso povo deixar-se reduzir à condição de satélite comercial e financeiro dos EUA”, afirma o professor Paul Singer, da FEA-USP. É difícil não lhe dar razão quando recordamos o prolongado esforço francês para impedir que o antigo Mercado Comum Europeu fosse abocanhado pelos Estados Unidos. A nova Europa é, em certa medida, um produto dessa tenaz estratégia.

“A nossa própria estratégia deve ser procurar a integração não via zona de livre comércio, mas via mercado comum, o que implica tarifa única de todos os países do bloco para importações do resto do mundo. O Mercosul é isso e, por causa disso, devemos continuar

apostando nele”, enfatiza o professor Singer.

No plano interno, três subtemas, intimamente relacionados com o tema maior do crescimento, são apontados como eixos para o debate pelo professor Ricardo Abramovay, também da FEA-USP: a luta contra a pobreza, a reforma agrária, e o planejamento nacional e regional. “No âmbito do primeiro subtema, a idéia mais original e promissora que apareceu nos últimos tempos foi a de Christovam Buarque, que propõe incorporar a luta contra a pobreza a um novo modelo de desenvolvimento”, afirma Abramovay.

“Ela supera a dicotomia existente entre os modelos de distribuição de renda de cunho paternalista e os modelos orientados para o mercado. E defende uma redefinição da política de subsídios do governo, adotando como critério a geração de rendas a partir de obras e serviços que efetivamente ajudem a combater a pobreza”. Como os modelos distributivistas, a proposta de Buarque sustenta a transferência de renda, mas uma transferência capaz de estimular a atividade econômica, com geração de empregos.

O mesmo critério é adotado pelo professor Abramovay na discussão dos dois outros subtemas. “No item reforma agrária, é preciso superar o paternalismo do crédito de emergência e estimular os assentamentos a se integrarem de fato ao meio, a se relacionarem com as forças locais e a se transformarem em unidades produtivas, pautadas por critérios de qualidade”, sublinha o pesquisador. “Hoje, os

assentamentos são quase que um instrumento de pressão para obtenção de recursos do governo federal. É preciso que ofereçam contrapartidas. E, para tanto, necessitam de assistência técnica auditada por instância independente”.

Isso se articula com a questão do planejamento nacional e regio-



Professor Abramovay

Daniel Garcia

*“Mesmo quem vive precariamente tem que receber recursos de forma contratual. É preciso erguer a cabeça”*

nal. “Atualmente, os municípios recebem recursos por serem pobres, sem se levar em conta a aplicação desses recursos em projetos de desenvolvimento”, critica Abramovay. “Então, não há projetos, mas listas de compras. Não há um horizonte estratégico, de formação de atores locais e geração de novos recursos. Mesmo quando se criam conselhos gestores, a perspectiva é paternalista, porque esses conselhos acabam sendo muito mais uma forma de controlar a corrupção dos órgãos

públicos do que de mobilizar as energias locais na realização de projetos estratégicos”.

O pesquisador não subestima o valor desses conselhos. “Em 1999, havia no país 27 mil conselhos, uma média de 4,9 por município. Do total de municípios brasileiros, 99% tinham conselho de saúde; 91%, de educação; 71%, da criança; 70%, de desenvolvimento rural. É uma realidade nova e importantíssima. Os conselhos colocam cidadãos que não fazem parte da política na decisão de assuntos públicos. São a base de uma concepção moderna de planejamento”, pondera o professor Abramovay, para quem, no entanto, ainda há muito que avançar.

“Seja em relação ao combate à pobreza, à reforma agrária ou ao planejamento, é preciso adotar modelos que tenham um caráter participativo, criativo e contratual. Mesmo quem vive em situação precária tem que receber recursos de forma contratual. Os diferentes atores precisam aprender a disputar recursos, a prestar contas e a oferecer contrapartidas. As pessoas precisam ser estimuladas a erguer a cabeça”.